



Director: Carlos Miguel Coelho - Rue Wiertz-ASP8E150 Bruxelles Setembro / Outubro 2007

Carta da Europa

Duarte Freitas e Sérgio Marques garantem apoio excepcional para Açores e Madeira

A Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à **Directiva de Comércio de Emissões que visa incluir o sector da aviação no comércio de Emissões de Carbono.**

Os **Deputados do PSD Duarte Freitas e Sérgio Marques** conseguiram um acordo especial para as RUP's.



desenvolvimento na pág.3

O Tratado de Lisboa

Com o acordo obtido na Cimeira de Lisboa a **Europa ultrapassou um ciclo exageradamente prolongado de crise institucional.**

É justa uma palavra de **reconhecimento pelo trabalho da Presidência portuguesa**, como é igualmente justo **sublinhar o trabalho da Presidência alemã** ao providenciar um mandato claro e preciso. É justíssimo referir **o desempenho do Presidente da Comissão Europeia, o Dr. Durão Barroso que não permitiu que a UE ficasse bloqueada** nas questões institucionais prosseguindo com a tomada de medidas e decisões em nome do interesse comum.

O **PSD teve sempre um comportamento coerente de apoio a este Tratado.** Era essencial **"arrumar a casa"**, ultrapassar o impasse e assegurar a eficácia no processo de decisão da UE. Queremos **uma UE que funcione e que não fique paralisada sucessivamente** como aconteceu recentemente em diversos momentos.

O novo Tratado além do mais **reforça o Parlamento Europeu, aumenta o número de matérias de co-decisão e reforça a cidadania europeia.** Portugal que não é um dos países maiores da UE, volta a marcar pela positiva um dos momentos maiores da nossa História comum.

Carlos Coelho

Biblioteca Digital Europeia

Vasco Graça Moura sublinha a relação entre a tecnologia digital e o património cultural

desenvolvimento na pág. 4

Penas e sanções alternativas

Relatório de **Assunção Esteves** aprovado pelos Eurodeputados

desenvolvimento na pág. 6

Aprovado Relatório de Carlos Coelho

Infraestrutura de comunicações do **Sistema de Informações de Schengen**

desenvolvimento na pág. 6



A propósito do debate no PE sobre Imigração, Carlos Coelho afirmou

“Só há política de imigração séria se houver combate feroz à imigração ilegal e boas condições para imigração legal”



Na sessão plenária do Parlamento Europeu teve lugar um debate alargado sobre o tema da Imigração que contou com a presença do **Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pela pasta da Imigração Franco Frattini.**

O **Deputado Carlos Coelho** participou no debate e chamou a atenção para o facto da discussão assentar “em dois Relatórios que representam bem duas abordagens que são complementares” referindo-se ao **Plano de Acção Relativo à Imigração legal** e as **Prioridades na Luta contra a Imigração Ilegal.**

Segundo **Carlos Coelho** “privilegiar uma e esquecer a outra seria uma grave erro. **São duas faces da mesma moeda.** A imigração constitui hoje um fenómeno de grandes dimensões. Estima-se que **existam hoje cerca de 26 milhões de imigrantes na UE** juntando os que estão legalmente e os que estão em situação irregular.”

Para o **Deputado português** a “imigração é um fenómeno que tem claramente uma dimensão europeia: não apenas porque **cada Estado-Membro per si não pode geri-lo de forma eficaz,** mas sobretudo, porque **qualquer alteração na política de imigração de um Estado-Membro acaba por produzir efeitos nos fluxos migratórios e na sua evolução nos restantes Estados-Membros.**”

“A cooperação com os países de origem é essencial na luta contra o tráfico de seres humanos e contra o trabalho clandestino.”

Carlos Coelho declarou o seu apoio à proposta de **criação do Cartão Azul** bem como a **criação de um Portal Europeu da Imigração** que difunda em larga escala informações relativas às condições de imigração legal na UE.

O Deputado felicitou ainda a “**estratégia de abandonar a ideia de uma directiva única,** há vários anos bloqueada no Conselho, e a **adopção de um método progressivo que prevê a apresentação de quatro directivas sectoriais ao longo dos próximos três anos.**”

A terminar o **Deputado do PSD** sublinhou a necessidade de “**uma política de co-desenvolvimento, com a celebração de acordos com países terceiros para uma gestão eficaz da imigração. A cooperação com os países de origem é essencial na luta contra o tráfico de seres humanos e contra o trabalho clandestino.**”

“O controlo nas fronteiras e a utilização dos recursos já criados como o Frontex e as Rabit’s deve igualmente ser assegurado.”



Tolerar a imigração ilegal é pôr em risco a vida de milhares de pessoas



“Estima-se que existam hoje cerca de 26 milhões de imigrantes na UE juntando os que estão legalmente e os que estão em situação irregular”

Novo sistema de Comércio de Emissões na Aviação

Duarte Freitas e Sérgio Marques garantem no Parlamento Europeu apoio excepcional para Açores e Madeira



voos europeus, como também os voos intercontinentais com destino ou partida no espaço da UE.

Os Deputados Duarte Freitas, que integra a Comissão de Ambiente do PE, e Sérgio Marques, cientes do previsível aumento dos custos do transporte aéreo, desde cedo se empenharam em criar uma exceção para as RUP's, fortemente dependentes das suas ligações aéreas. No entanto a maioria dos países que não têm RUP's não foram, de início, sensíveis a este regime de exceção.

Após forte negociação, os Deputados portugueses do PSD, que entretanto garantiram o apoio dos Deputados irlandeses, italianos, espanhóis e franceses



da sua família política europeia (PPE-DE), conseguiram negociar um compromisso que prevê a utilização de parte (a decidir por cada Estado-Membro) das receitas provenientes dos leilões de direitos de emissão deverá ser destinada a compensar os efeitos negativos do aumentos dos preços na acessibilidade a regiões isoladas ou remotas.

Segundo o Deputado Duarte Freitas que integra também a Comissão Temporária para as Alterações Climáticas, "o trabalho de base está feito, mas agora é muito importante o empenho dos restantes Deputados portugueses na votação em plenário, bem como do Governo português ao nível da decisão no Conselho onde o lobby internacional se faz sentir com mais força".

A Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à Directiva de Comércio de Emissões que visa incluir o sector da aviação no comércio de Emissões de Carbono.

Este relatório criou grande polémica dentro do próprio Parlamento Europeu e a nível internacional pelas suas implicações para o sector da aviação a nível global, uma vez que a UE incluiu, não só os

Duarte Freitas, a Nova Política Marítima Europeia e a Presidência da UE

"Este é o timing ideal para Portugal marcar presença efectiva no processo de reaproximação da Europa ao Mar"

A Comissão Europeia apresentou "**Uma Política Marítima Integrada para a União Europeia**". A Comissão propõe "uma política marítima integrada para a UE, assente num claro reconhecimento de que todos os sectores marítimos estão interligados e têm que ser encarados como um todo".

O Comissário Joe Borg avançou ainda algumas das prioridades da Comissão Europeia e revelou o seu "Plano de Acção" de onde se destacam: a criação de um espaço para o transporte

marítimo sem barreiras; uma estratégia europeia para a investigação marítima, uma estratégia para mitigar os efeitos das alterações climáticas nas regiões costeiras; a criação de clusters marítimos europeus; e a criação, já a partir de 2008 de um Dia Marítimo Europeu.

O Deputado Duarte Freitas, que tem vindo a seguir a par e passo todo este processo sublinhou que "uma política marítima integrada dará à Europa uma maior capacidade para

responder aos desafios da globalização, alterações climáticas segurança marítima, sustentabilidade energética. Esta nova política deverá assentar em investigação científica de qualidade, tecnologia e inovação".

O Deputado açoriano do PSD considera que Portugal deverá estar atento aos passos que estão a ser dados e "deverá assimilar bem a mensagem que a UE está a querer transmitir com a nova abordagem aos Oceanos".

Para o Deputado "esta é uma oportunidade única para Portugal fazer valer as suas enormes potencialidades ligadas ao Mar".

Duarte Freitas considera que a Presidência Portuguesa da UE "constitui o timing ideal para Portugal marcar presença efectiva no processo de reaproximação da Europa ao Mar" e citando recentes declarações do Presidente da República na sua visita aos Açores, Duarte Freitas considera que é tempo de "passar da retórica aos actos".

“i2010: Bibliotecas digitais”

Vasco Graça Moura destaca Biblioteca Digital Europeia

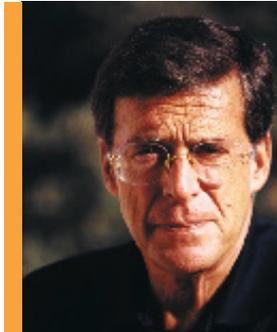
O Parlamento Europeu aprovou o Relatório Descamps sobre a iniciativa “i2010: Bibliotecas digitais”, em que os eurodeputados recomendam a **criação de uma biblioteca digital europeia**, que sirva de **ponto de acesso único, directo e multilingue ao património cultural europeu**. Os Eurodeputados salientam que se deve tirar partido das iniciativas europeias já lançadas que possam contribuir para o desenvolvimento inicial da biblioteca digital, dando o exemplo do projecto Europeana, que reúne as bibliotecas nacionais de França, da Hungria e de Portugal.

Vasco Graça Moura considerou que este **“brilhante” relatório “é um documento que vem dar uma contribuição importantíssima à questão das relações entre a tecnologia digital e o património cultural.”**

Na sua intervenção Vasco Graça Moura salientou que o Relatório Descamps **“fica a marcar esta legislatura no plano das relações entre a tecnologia mais avançada e a cultura europeia de todos os tempos”.**

A Biblioteca Digital Europeia é, segundo Graça Moura, **“um projecto que foi evoluindo. Surgiu como uma falácia chauvinista de fazer concorrência ao Google** mas veio a ser, **depois de várias vicissitudes, reenquadrado em termos mais sensatos, mais realistas e mais produtivos. Deixou de ser aquilo a que o Financial Times chamava então “a blatant case of misguided and unnecessary nationalism”.**

Na opinião do Deputado do PSD **“A Biblioteca Digital Europeia distingue-se de outras soluções por ser um projecto da União Europeia, por pretender chegar a todas as bibliotecas, por prever apoiar-se em iniciativas já existentes e por querer abranger todas as categorias**



do património cultural europeu, não se confinando aos materiais impressos.”

No entanto Vasco Graça Moura salientou alguns problemas que ainda subsistem, como: **encontrar parcerias de financiamento com o sector privado**; evitar quanto possível que as velocidades de execução sejam muito diferentes entre os Estados membros; dar solução a alguns aspectos técnicos no tocante à coordenação do acesso às obras digitalizadas; preservar os conteúdos digitalizados; resolver a **questão de um motor de pesquisa integrado sobre a meta-informação para os documentos** em modo de imagem e de pesquisa directa para os documentos em modo texto; encontrar soluções de inter-operabilidade dos conteúdos; **tornar possível a pesquisa multilingue por assunto ou palavras-chave, para além da situação corrente de ela se fazer por autor ou título...**

O Deputado português lembrou **“que será essencial a troca de experiências entre instituições, muito em especial com as americanas, bem como uma forte componente de investigação e desenvolvimento para os bons resultados do projecto.”**

A terminar Vasco Graça Moura disse que o Parlamento Europeu ao aprovar o relatório Descamps, estaria a dar **“um verdadeiro passo em relação ao futuro.”**

Composição do Parlamento Europeu:

PSD apoia proposta

Na Mini-Sessão Plenária do Parlamento europeu os Deputados do PSD apoiaram o Relatório Lamassoure relativo à futura composição do Parlamento Europeu.

Os Deputados eleitos pelo PSD, embora considerem que **não é uma solução perfeita** e que tem o defeito de, **não estabelecendo uma regra, obrigar a uma nova negociação no quadro de futuros alargamentos**, apoiam o relatório Lamassoure sobre a composição do Parlamento europeu por 3 razões:

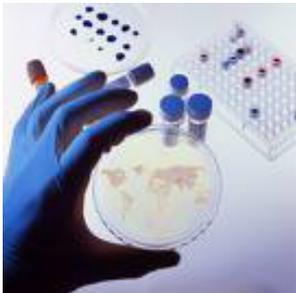
1. Porque alguns Estados-Membros não aceitam uma mera definição de princípios gerais e colocam como condição a definição rigorosa da composição do PE antes de aceitar o Tratado Reformador, o que poderia comprometer o principal objectivo da Presidência Portuguesa da UE.

2. Porque Lamassoure propõe uma **solução de compromisso equilibrada que respeita um limite mínimo que garante o pluralismo da representação dos pequenos Estados** e atende à dimensão demográfica dos restantes através de um princípio de proporcionalidade degressiva que acautela uma relação justa entre os Estados.

3. Porque, assim, se põe travão às tentativas inaceitáveis de Deputados alemães, polacos, espanhóis e italianos de reforçar o peso dos Estados mais populosos **“esmagando” a representação dos Estados médios como Portugal.**

Graça Moura no debate sobre o MIT Europeu

“Durão Barroso propôs um Ferrari de alta competição e os Deputados querem um triciclo a pedais”



Vasco Graça Moura criticou duramente a proposta de Relatório sobre o Instituto Europeu de Tecnologia em votação na sessão plenária do Parlamento Europeu. **Para Graça Moura**, “Durão Barroso propôs aos Deputados um Ferrari de alta competição e os Deputados querem aprovar um triciclo a pedais.”

Vasco Graça Moura lembrou que em Março de 2006, o Conselho Europeu reconheceu que o Instituto Europeu de Tecnologia, proposto pelo presidente Barroso, “representará um passo importante para preencher o hiato existente entre o ensino superior, a investigação e a inovação”.

Para o **Deputado do PSD** “a conhecida inferioridade da investigação e da inovação europeias em relação às norte-americanas implica que se encontrem instrumentos que permitam uma **real competitividade com os Estados Unidos** nesta área” pois “todos sabemos que os investigadores têm muito melhores condições de trabalho e remuneração nos Estados Unidos e também que os investimentos do sector público, nomeadamente o ligado às indústrias da Defesa,

os das universidades e os do sector privado atingem valores incomparavelmente superiores aos europeus”.

Na opinião de **Graça Moura** “para competir, torna-se pois necessário que haja um verdadeiro “motor” europeu capaz de alcançar essa meta e que esse motor seja alimentado com suficiente combustível, quero dizer, com meios orçamentais adequados.”

“para competir é necessário que haja um verdadeiro “motor” europeu capaz de alcançar essa meta e que esse motor seja alimentado com suficiente combustível”



Para tanto, previa-se a definição e selecção dos investidores, públicos e privados, e que uma parte proviesse dos próprios recursos da União. Mas segundo o Deputado do PSD esta questão “assustou o Parlamento que deixou

“O receio orçamental e provavelmente alguns interesses académicos corporativos viciaram toda a discussão. Se, quanto às questões de fundo, o lançamento do MIT tivesse sido tratado assim, ainda hoje não haveria MIT!”



de considerar os objectivos fundamentais, para centrar a discussão neste ponto, de alguma maneira pondo o carro à frente dos bois.”

Na opinião de Vasco Graça Moura o que haveria a fazer seria “responsabilizar o Conselho pela dotação do IET com os meios necessários na parte respeitante ao contributo da União. O receio orçamental e provavelmente alguns interesses académicos corporativos viciaram toda a discussão. Se, quanto às questões de fundo, o lançamento do MIT tivesse sido tratado assim, **ainda hoje não haveria MIT!**”.



A terminar anunciou “**Votarei a solução, porque não fica outra. Mas lamento não se tenha ido muito mais longe**” deixando ainda uma outra sugestão que segundo o Deputado, poderia ter, para os, deputados, “uma mais valia especial: **a de o edifício em que nos encontramos passar a ser a sede do IET, assim se acabando de uma vez por todas com a verdadeira aberração política, jurídica, funcional e financeira que é termos de vir a Estrasburgo todos os meses para as sessões plenárias...**”



Condenados poderão cumprir as suas penas no país de residência

Parlamento Europeu aprova Relatório de Assunção Esteves sobre penas alternativas



O Plenário do Parlamento Europeu aprovou o Relatório da Deputada Assunção Esteves sobre a decisão-quadro relativa ao reconhecimento mútuo e à vigilância, por parte de um Estado membro, das medidas não privativas de liberdade impostas com base numa pena suspensa, numa sentença condicional ou numa decisão relativa à liberdade condicional proferidas por outro Estado membro.

A promoção da aplicação das medidas não privativas de liberdade, em alternativa à pena de prisão é, segundo a eurodeputada portuguesa, um **“objectivo urgente”** a realizar no espaço penal europeu.

“A política europeia” - disse - **“tem de empenhar-se neste esforço de ligação do direito penal a uma cultura de direitos em todas as suas frentes: ao nível da concepção das penas, do seu modo de execução e da relação dos condenados com a sociedade em geral. E todos sabemos que se o programa político não oferece condições de realização prática das sanções alternativas à pena de prisão, os juízes propendem a não as aplicar.”**

“É um absurdo insistir obstinadamente na soberania penal, num espaço político que se ergue precisamente sobre a partilha dos valores fundamentais”

Para Assunção Esteves **“O valor desta iniciativa está, sobretudo, em que ela induz**

na cultura judiciária dos Estados-Membros uma prática de determinação de sanções alternativas à pena de prisão no direito penal”.

A decisão-quadro aqui analisada em processo de consulta, no relatório de Assunção ESTEVES tem como objectivo **facilitar a reinserção social da pessoa condenada e melhorar a protecção da vítima e da sociedade, bem como facilitar a aplicação de penas suspensas, sanções alternativas e condenações condicionais** adequadas no caso dos infractores que não residam no estado de condenação.

A Deputada portuguesa defendeu a necessidade de uma **progressiva harmonização dos modelos do direito penal dos Estados membros**, considerando que **é essa harmonização, e não o reconhecimento mútuo, que é a base para o sucesso**



do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

Sublinhou mesmo que **“não faz sentido insistir na disparidade das normas penais dos Estados membros, perante os valores comuns do Tratado da União Europeia, muitos deles defendidos precisamente por normas penais”.**

E concluiu: **“É um absurdo insistir obstinadamente na soberania penal, num espaço político que se ergue precisamente sobre a partilha dos valores fundamentais”.**

Sobre a Infraestrutura de Comunicação de Schengen

Relatório de Carlos Coelho aprovado no PE

O Relatório do Deputado Carlos Coelho sobre a **infra-estrutura de Comunicação do Sistema de Informações de Schengen** foi **aprovado** pelo Plenário do Parlamento Europeu.

Neste Relatório o Parlamento Europeu lamenta **“mais uma vez, todos os atrasos registados com o início das operações do SIS II que não são da nossa responsabilidade.”**

Segundo Carlos Coelho **“A continuação natural do SIS 1 está**

ameaçada pela conclusão do contrato que assegura a infra-estrutura de comunicação: o SISNET.” Por isso na opinião do Deputado do PSD **“Precisamos de assegurar a continuidade das operações do SIS porque não é concebível que os Estados-Membros tenham de reerguer as suas fronteiras internas por falta de funcionamento do SIS.”**

Carlos Coelho acredita que a **melhor solução do ponto de vista custo/eficácia**

consiste em **“prorrogar o contrato SISNET o que tem a vantagem acrescida de manter um quadro jurídico claro e uma estrutura de governação clara.”**

No entanto **“temos, porém, de ter uma solução alternativa: o contrato com o fornecedor da rede s-TESTA que é uma solução pior e mais cara”** afirmou Carlos Coelho.

Os custos, financiados pelo Orçamento comunitário são, segundo o Deputado do PSD

“demasiado elevados para uma solução temporária (um ano) e claramente desproporcionados em relação aos objectivos.”

É sobre esta infraestrutura que **“correm” os dados do Sistema de Informações de Schengen** e que é determinante para a segurança interna dos Estados-Membros. Sem que isto funcione não é possível ter segurança nas fronteiras externas e seria necessário reforçar as fronteiras internas.

Hoje ficamos a conhecer o:

SEPA - Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA)



A SEPA é uma iniciativa do sector bancário europeu, apoiada pela UE e pelo BCE, que tem como **objectivo** contribuir para uma maior integração europeia através de um mercado de pagamentos de retalho da área do euro competitivo e inovador, capaz de gerar níveis de serviços mais elevados, produtos mais eficientes e alternativas menos onerosas para a realização de pagamentos.

Assim, qualquer pagamento efectuado por uma instituição financeira estará sujeito a um conjunto harmonizado de padrões, regras e condições para que possa circular no mercado europeu de uma forma tão fácil, rápida, segura e eficiente como actualmente nos mercados nacionais.

A SEPA consiste:

- Na moeda única,
- Num **único conjunto de instrumentos de pagamento** – transferências a crédito, débitos directos e pagamentos com cartão,
- Em **infra-estruturas eficientes** para o processamento dos pagamentos em euros,
- Em **normas técnicas comuns**,

- Em **práticas de negócio comuns**,

- Numa **base jurídica harmonizada**, e
- No desenvolvimento contínuo de **novos serviços orientados para o cliente**.

Qual será o **impacto da SEPA?**

Podem ser oferecidos **serviços inovadores aos consumidores**, não condicionados por fronteiras nacionais. A SEPA **permitirá aos clientes fazer pagamentos de qualquer valor em euro para qualquer beneficiário localizado na zona euro**, utilizando para isso uma **única conta bancária** e um **único conjunto de instrumentos de pagamento** (transferências a crédito, débitos directos ou cartões de pagamento).

Desta forma, deixará de **haver quaisquer diferenças entre os pagamentos nacionais ou internacionais** (por exemplo pagar a renda de casa dos filhos que estudam no estrangeiro, a casa de férias, os serviços fornecidos por empresas europeias...).

O **objectivo a longo prazo** do sector bancário passa pela **utilização dos instrumentos de pagamento SEPA exclusivamente em formato**

electrónico (facturação electrónica, a iniciação de pagamentos via telemóvel ou Internet, bilhetes de avião electrónicos, avisos de crédito ou reconciliação electrónica).

Os **clientes poderão observar algumas alterações aquando da substituição dos instrumentos de pagamento domésticos** pelos instrumentos de pagamento SEPA, mas espera-se que o **impacto global da transição para a SEPA seja o mais reduzido possível**.



Por exemplo, o **número nacional de conta bancária de um cliente poderá ser substituído pelo respectivo IBAN e BIC**, e o formato dos formulários utilizados para iniciar os pagamentos poderá também ser diferente dos actuais congéneres nacionais.

Os **bancos poderão expandir o seu negócio e competir a nível da área do euro**, visto que qualquer banco poderá mais facilmente oferecer os seus serviços SEPA e de valor acrescentado a qualquer cliente na área do euro.

A SEPA irá alterar o sistema de pagamentos europeu, mas o custo que esta implementação terá para



os bancos portugueses será inferior àquela que é prevista para os bancos europeus.

O sistema de pagamentos português oferece já uma vasta quantidade de opções requeridas pela SEPA quando comparado com outros países europeus, o que irá mitigar o impacto destas adaptações.

A aplicação da SEPA em Portugal prevê:

1. A **preservação da proposta de valor dos sistemas de pagamento actualmente oferecidos ao mercado;**
2. A **qualidade e o nível de serviços oferecidos pelas soluções de pagamento actuais;** e,
3. **Assegurar a continuidade do sistema actual de Multibanco depois de 2010**, como um complemento para as soluções de pagamento SEPA.

Os bancos começarão a adaptar os seus sistemas a partir de 1 de Janeiro de 2008 para que, até ao final de 2010, a SEPA seja uma realidade para todos.

Luís Faria - GEPDS

Fausto Correia

Um Deputado português que partiu



Fausto Correia foi um destacado dirigente e Deputado pelo Partido Socialista, mas foi também um exemplo de como **as barreiras partidárias cedem** perante valores mais importantes.

Em Bruxelas e em Estrasburgo foi um eleito português que em tudo privilegiou o interesse nacional.

Sério e determinado, **exerceu o seu mandato com sentido de rigor** e de serviço público. **Generoso e solidário**, soube sempre estreitar laços e granjear apoios em torno das causas em que acreditava e que abraçava com convicção.

Com a sua partida, **o Parlamento Europeu ficou mais pobre**. Para muitos de nós não foi apenas um colega que a morte veio buscar demasiado cedo. Foi um amigo cuja falta sentimos e cuja partida nos entristece.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD no Parlamento Europeu e cada um dos seus membros a título individual, expressam a sua homenagem e o seu profundo desgosto e pesar pelo falecimento do colega e amigo Fausto Correia.

Aos seus amigos, família e, em especial, à sua mulher e filhos deixamos uma vez mais a expressão singela da nossa homenagem sincera.

João de Deus Pinheiro

Vasco Graça Moura

Assunção Esteves

José Silva Peneda

Sérgio Marques

Duarte Freitas

Carlos Coelho

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

Joao.Pinheiro@europarl.europa.eu

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail:

Vasco.GracaMoura@europarl.europa.eu

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail:

Assuncao.Esteves@europarl.europa.eu

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

Jose.SilvaPeneda@europarl.europa.eu

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail:

Sergio.Marques@europarl.europa.eu

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail:

Duarte.Freitas@europarl.europa.eu

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail:

Carlos.Coelho@europarl.europa.eu



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: Duarte Marques
Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa